

# MMFDH realiza Seminário sobre Violência Política contra Mulheres na abertura da RMAAM - DF, 20/11/2019

*No período de 20 a 22 de novembro, acontece a XIV Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), em Brasília/DF. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) realiza, na abertura do evento, o Seminário sobre Violência Política contra as Mulheres, que irá reunir especialistas e autoridades para debater o tema. “Considerando a importância da RMAAM, mobilizamos a equipe para organizar um encontro que tivesse como foco a efetividade e o diálogo sobre questões ainda pouco exploradas na pauta de mulheres”, afirma a ministra Damares Alves.*

[\(MMFDH, 19/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Os dias seguintes serão dedicados aos grupos técnicos que discutirão assuntos como a inserção dos direitos das mulheres no comércio exterior, o enfrentamento à violência, a autonomia econômica, a gestação e a maternidade. A grande novidade desta edição da RMAAM é o aprimoramento da gestão, com a proposta de elaboração de um programa de trabalho bienal. A ferramenta de gestão será utilizada para definir temas prioritários, prazos para análises e aprovação das recomendações, que serão encaminhadas para as reuniões dos presidentes.

## **Participação política**

A participação das mulheres na política entra como destaque na abertura do evento e considera a missão, estabelecida pelo Governo Federal, de trabalhar para garantir a eleição de no mínimo uma mulher em cada Câmara Municipal nas eleições de 2020.

“Estamos trabalhando para entender melhor as causas da sub-representação das mulheres na política e o seminário no âmbito da RMAAM será uma oportunidade de ampliar o diálogo com outras nações, bem como com o Parlamento. O objetivo é construir políticas públicas fortes, que possam alterar o cenário”, ressalta Cristiane Britto, secretária nacional de Políticas para as Mulheres.

## **Saiba mais**

A RMAAM é a instância de diálogo entre as máximas autoridades da mulher dentro do Mercosul e tem entre suas principais funções assessorar e propor ao Conselho do Mercado Comum (CMC) medidas, políticas e ações voltadas para as mulheres. Os estados membros do Mercosul são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

## **Serviço**

XIV Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul – Seminário Violência Política contra as Mulheres

Data: 20 de novembro

Horário: 14h

Local: ENAP – SPO Área Especial 2-A (Auditório)- Brasília/DF

---

## [Aliança de Damares com religiosos coloca em risco negros, mulheres e LGBTs, segundo especialistas](#)

*“O viés religioso não pode servir à precarização de negros, mulheres e outros grupos vulneráveis, como LGBTs”, diz Christina Vital, pesquisadora da UFF.*

**[\(HuffPost, 12/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A agenda implementada pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, é vista como um risco para grupos considerados mais vulneráveis, como negros, mulheres e pessoas LGBTs. Esta é a avaliação de especialistas em política e religião ouvidas pelo HuffPost Brasil.

Levantamento feito pelo HuffPost, mostrou que nos dez meses de governo de Jair Bolsonaro, a ex-pastora teve [reuniões frequentes com religiosos e conservadores](#), incluindo defensores da cura gay e movimentos contra a legalização do aborto. Bandeiras como o combate ao racismo, por outro lado, perderam a força.

Pesquisadoras ouvidas pela reportagem apontam Damares como uma das responsáveis pela aliança entre católicos e evangélicos que resultou no fortalecimento do discurso contra a chamada “ideologia de gênero”. A retórica ligada à moralidade e contra o “kit gay”, do presidente Jair Bolsonaro, quando ainda era deputado, por sua vez, é tida como fator de aproximação entre ele e parlamentares da bancada evangélica.

A atuação do Executivo é vista como parte do fenômeno de uma ascensão neoconservadora em diversos espaços de poder tanto no Brasil como no mundo. Além das bandeiras ligadas à moral, esse avanço tem se refletido em um fortalecimento institucional de organizações religiosas iniciado antes de Bolsonaro assumir o Palácio do Planalto, por meio de ações como concessões de rádio e TV ligadas a grupos católicos e evangélicos e de recursos do governo para comunidades terapêuticas ligadas a esses setores.

Como parte de sua Política Nacional de Drogas, com o ministro Osmar Terra (Cidadania) à frente, o governo federal decidiu destinar [R\\$ 153,7 milhões para 496 comunidades terapêuticas](#) para dependentes químicos, contratadas sem licitação, em março de 2019. Em 2018, o governo de Michel Temer anunciou a liberação de [R\\$ 90 milhões para o mesmo tipo de iniciativa](#). Na época, 412 dessas instituições foram selecionadas para receber as verbas.

As comunidades terapêuticas acolhem, de forma voluntária, dependentes de substâncias psicoativas. Elas representam uma alternativa ao tratamento nos Caps (Centros de Atenção Psicossocial), onde há uma equipe com psiquiatras, psicólogos e outros profissionais de saúde. Há cerca de 2 mil comunidades, de acordo com [levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(Ipea\)](#). Desse total, 82% estão vinculadas a igrejas e organizações religiosas, segundo o estudo.

## **O fortalecimento da bancada evangélica**

Pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF), a socióloga Christina Vital aponta que as principais conquistas de religiosos na esfera pública nos últimos anos têm ocorrido por medidas como essas, de fortalecimento de instituições católicas ou evangélicas, muito mais do que em temas ligados a direitos humanos, pelo Legislativo.

“Nessas pautas morais apresentadas por esses legisladores cristãos, evangélicos e católicos, o sucesso é pequeno. Nas pautas ocultas, eles têm sucesso. Ocultas da maior parte da população, que não está observando mais diretamente a atuação deles. Quando a gente olha minuciosamente, vê esses sucessos situados, que fortalecem institucionalidades, do que sucessos legislativos”, afirma.

A professora destaca que o Executivo tem poder de estabelecer normas por um trâmite mais ágil que o Congresso. Ela lembra que o Estatuto da Família, por exemplo, não chegou a ser aprovado.

“Até aqui, os evangélicos e católicos tiveram mais sucesso em torno de pautar a agenda pública, de envolver a mídia e a sociedade em certos debates, de levar uma outra narrativa do que aquela que vinha conduzindo as políticas públicas naquele período. Tiveram mais sucesso em pautar a agenda do que um sucesso legislativo. Há uma lacuna entre os que eles efetivamente conseguem e o que eles anunciam como elemento do poder desse coletivo”, destaca.

A professora Maria das Dores Campos Machado, da UFRJ, chama atenção para um deslocamento nessa influência em 2019. Um dos principais nomes conservadores no Legislativo, o deputado Marco Feliciano (Podemos-SP) é um dos mais próximos do presidente Jair Bolsonaro. “É uma ocupação de espaços para ganhar maior projeção ou interferência no próprio poder Executivo e não no Legislativo propriamente dito”, diz.

Machado também destaca o avanço da presença de religiosos em diferentes organizações profissionais, como a Anajure (Associação Nacional de Juristas Evangélicos). “Você tem um movimento muito grande nos últimos anos de uma certa ascensão econômica e política desses grupos. É um conjunto de interesses não só morais, de ideias e valores. São interesses que se conjugam, por exemplo, o Edir Macedo se tornou um grande empresário e têm um conglomerado midiático que disputa com a Globo e com o SBT. São interesses que se articulam e são usados por esses setores para ganhar reconhecimento na sociedade”, afirma.

Proprietário do Grupo Record, o bispo Edir Macedo, era um dos 12 integrantes de uma reunião com lideranças religiosas com a ministra Damares em 18 de junho. Entre janeiro e outubro, constam na agenda da ex-pastora ao menos 22 compromissos com religiosos, de acordo com levantamento feito pelo HuffPost Brasil.

## **A disseminação do termo ‘ideologia de gênero’**

De acordo com a professora da UFRJ, Damares foi uma das responsáveis pela aliança com os grupos católicos que propiciou uma apropriação pelos evangélicos do discurso da ideologia de gênero. O termo não é reconhecido no universo acadêmico e é usado por grupos conservadores que se opõem às discussões sobre diversidade sexual e de identidade de gênero. Já a teoria de gênero, reconhecida por estudos acadêmicos, entende que gênero e orientação sexual são

construções sociais e, por isso, não podem ser determinadas por fatores biológicos.

Machado destaca o momento de tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional como determinante na difusão dessa expressão que, apesar da origem católica, ganhou força pela forma de atuação dos evangélicos. “Eles conseguem mobilizar os sujeitos para essas campanhas, para sair no meio da rua, para ir a assembleias legislativas, para as votações”, afirma.

Dessa forma, o discurso sobre gênero possibilitou que os evangélicos “fugissem daquela grande acusação de homofobia”, segundo a pesquisadora. “O debate sobre ideologia de gênero torna mais difícil aquela reprimenda. Se tornam mais difíceis de ser combatidos e ao mesmo tempo não estão falando da homossexualidade. Estão falando de gênero. É algo que tirou eles da posição incômoda que estavam, acusados de discurso de ódio”, completa.

## **Desmonte de políticas públicas**

Parte do setor evangélico também apoiou governos petistas, mas na avaliação de Machado, houve um descontentamento desses grupos com políticas como Programa Nacional de Combate à Homofobia e o Plano Nacional de Direitos Humanos, somada a decisões do Judiciário, como o casamento entre pessoas do mesmo gênero, vistas como um “ativismo judicial”.

Em paralelo, ocorre uma aproximação desses setores com Bolsonaro. “Esses processos no campo da orientação sexual geraram um grande descontentamento no grupo evangélico, que foi se deslocando da base política do PT e se aproximando de Jair Bolsonaro. Os evangélicos constituíam o baixo clero no Congresso Nacional, assim como Bolsonaro. Ele teve um papel importante principalmente na questão do kit gay, com um discurso muito acirrado, muito agressivo, ele assumiu também o embate com os movimentos LGBT e isso, de certa forma, foi criando uma ponte extra entre os evangélicos e Bolsonaro”, afirma a professora da UFRJ.

É uma mulher que está à frente do desmonte das políticas de gênero. É muito simbólico. É uma mulher falando de questões de mulheres e de questões de igrejas, lésbicas e tudo mais. Maria das Dores Campos Machado, da UFRJ

O “kit gay” é, na verdade, o material Escola sem Homofobia, elaborado pelo Ministério da Educação no governo de Dilma Rousseff e composto por três vídeos e um [guia de orientação](#) aos professores como forma de reconhecer a diversidade sexual entre os jovens e alertar sobre o preconceito.

À frente o Executivo, atores desse neoconservadorismo têm promovido um desmonte das políticas públicas ligadas a minorias, na avaliação de especialistas. Desde o início do ano, o ministério de Damares tem promovido um enfraquecimento de colegiados ligados a direitos humanos, dentre outras medidas.

## **Combate ao racismo**

Christina Vital, pesquisadora da UFF, chama atenção para uma mudança de agenda que

estabelece como prioridade o combate ao suicídio, por exemplo, e deixa de lado pautas como o enfrentamento ao racismo, em um país em que 75% das vítimas dos 180 homicídios diários são negras. “A gente viu sumir da pauta do Ministério dos Direitos Humanos o combate à morte da juventude negra. A gente acompanhou sistematicamente a agenda da ministra e, nos primeiros seis meses, essa pauta tinha sido suspensa”, afirma.

Evidentemente que a agenda da mutilação e do suicídio é importante no Brasil e no mundo, mas ela não pode assumir uma centralidade quando a gente tem uma questão da juventude, dos moradores de periferia, dos negros no Brasil, que é absolutamente gritante. Christina Vital, da UFF

A pesquisadora destaca que, uma das características do pensamento neoconservador é a afirmação da identidade a partir de uma perspectiva universal que deixa de valorizar essas diferenças. “É como se a afirmação da identidade cristã se desse a despeito da identificação e do reconhecimento dessa diversidade do cristão negro, do cristão LGBT porque também existem pessoas que professam essa fé e são gays, lésbicas, transexuais”, afirma.

Para Vital, da perspectiva religiosa, essa visão pode fazer sentido, mas é incompatível com o processo de elaboração de políticas públicas. “Do ponto de vista da legalidade, a laicidade está sendo mantida. O que a gente tem que discutir é que o viés religioso não pode servir ao vilipêndio público e à precarização de grupos já precarizados por diferentes arranjos sociais. Não podem ser precarizados negros, mulheres, grupos outros vulneráveis, como LGBTs. Políticas públicas devem atender às demandas desses grupos e não reforçar o vilipêndio a partir de valores religiosos que venham a produzir e acentuar desigualdades”, afirma.

No entendimento de Machado, da UFRJ, a atuação do governo Bolsonaro se diferencia das gestões petistas porque as ações de direitos humanos implementadas anteriormente não eram pautadas na exclusão. “Em nenhum momento feministas ou LGBTs estavam fazendo políticas que fossem excluir os religiosos. Tem um caráter diferenciador. A política que Damares e Bolsonaro estão implementando é muito baseada na exclusão e na intolerância com relação à diferença. Isso é um perigo muito grande. A Damares fala muito em guerra contra a ideologia de gênero. É um discurso de pouco diálogo com a diferença e de imposição de uma moralidade”, afirma a pesquisadora.

## **Agenda internacional**

Em um alinhamento com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, Damares Alves também tem atuado como protagonista da agenda conservadora no âmbito internacional, inclusive na ONU (Organização das Nações Unidas). “O Brasil sempre teve posição muito respeitada na discussão internacional e estão colocando o Brasil numa posição muito ruim porque está se alinhando com países extremamente autoritários”, critica Maria das Dores Campos Machado.

Diplomatas receberam instruções oficiais do comando do Itamaraty para reiterar o entendimento do governo brasileiro de que a palavra gênero significa o sexo biológico: feminino ou masculino. Na Cúpula da Demografia, em Budapeste, Damares anunciou que o Brasil “voltou a ser um país da família” e convocou líderes internacionais a formar uma aliança

por esses valores.

A agenda ideológica da ministra inclui encontros com representantes da União Conservadora Americana, responsável por organizar, nos Estados Unidos, a Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), e a participação na primeira versão brasileira do evento, em outubro, a convite do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente.

A professora da UFF lembra que Damares já atuava nessas redes conservadoras antes de chegar ao poder, mas que agora há uma “integração e visibilidade” desses movimento e que esse grupo passa a ter um capital político e social. “Até décadas atrás ser conservador não era algo público, não se falava sobre isso. Era aquela noção de que a direita era silenciosa e a esquerda era estridente”, lembra Vital.

Sobre a agenda da ministra, ao HuffPost Brasil, o ministério negou que haja incompatibilidade entre a atuação de Damares e o princípio da laicidade do Estado democrático brasileiro. “Apesar de laico, o Estado não é laicista. Ou seja, não há qualquer comando constitucional ou legal que proíba agendas com entidades religiosas, especialmente quando estas tiverem interesse em apoiar ou conhecer as atividades desenvolvidas pela administração pública federal”, diz a nota. O Ministério da Mulher destaca ainda que historicamente as igrejas realizam atividades sociais e, portanto, buscar uma atuação conjunta com o governo é “estratégico”.

*Por Marcella Fernandes*

---

## **Cerimônia de entrega do Prêmio USP de Direitos Humanos 2018 - São Paulo/SP, 27/11/2019**

O Prêmio USP de Direitos Humanos foi entregue pela primeira vez em 2000. Ele carrega consigo o objetivo de identificar e homenagear pessoas e instituições que, por suas atividades exemplares, tenham contribuído significativamente para a difusão, disseminação e divulgação dos Direitos Humanos no Brasil.

Foram premiados e homenageados nas 14 edições realizadas do evento diversas instituições e indivíduos. Nomes como o da Dra. Zilda Arns Neumann, e do Dr. Drauzio Varella e organizações tal qual a Viva Rio, já foram agraciados pela premiação.

Um prêmio como o USP de Direitos Humanos possui uma enorme relevância para atualidade, visto que em muitos lugares e para parte da população mundial os direitos básicos da personalidade humana muitas vezes não são respeitados ou nem mesmo alcançados. A premiação surge para divulgar e coroar ações e de pessoas e grupos que fazem do mundo um lugar justo e melhor para vários cidadãos.

O Prêmio USP de Direitos Humanos 2018 será entregue para Profa. Dra. Eva Blay, (categoria individual) e para Faculdade Zumbi dos Palmares (categoria institucional).

Confirmação de presença: [Clique aqui](#)

Data: 27 de novembro de 2019, às 10 horas

Local: Sala do Conselho Universitário

Rua da Reitoria, 374 - São Paulo - SP

[Convite Premio DH 2018](#)

---

## **Inauguração da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo - SP, 11/11/2019**

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo convidam para a inauguração da unidade da Casa da Mulher Brasileira na cidade de São Paulo.



## CONVITE

A Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos  
**Damare Alves**

o Governador do Estado de São Paulo  
**João Doria**

e o Prefeito da Cidade de São Paulo  
**Bruno Covas**

convidam para a solenidade de inauguração da **Casa da Mulher Brasileira**.

DATA	HORÁRIO	LOCAL
11 de novembro (segunda-feira)	11:00	Rua Vieira Ravasco, 26 Cambuci São Paulo, SP



## [Discurso da desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida na abertura do XI Fonavid](#)

Apresentamos a seguir a íntegra do discurso proferido pela desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Comesp - Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, na cerimônia de abertura do XI Fonavid - Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, realizada em 5 de novembro no Tribunal de Justiça de São Paulo.





#### **XI FONAVID**

**Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência doméstica e familiar contra a Mulher.  
Tema: educação para equidade de gênero: um caminho para o fim da violência doméstica contra a mulher**

05-11-2019

Tenho a honra de saudar, em nome do excelentíssimo Presidente desta Colenda Corte, eminente desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças a todas as autoridades e pessoas presentes.

Com muita alegria tenho a honra de dar boas-vindas a Juízas e Juizes, que participam do XI FONAVID - Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência doméstica e familiar contra a Mulher.

Esta Corte se sente privilegiada em sediar XI FONAVID - Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência doméstica e familiar contra a Mulher.

Estamos muito felizes, em ter a presença em nosso Estado de cada uma das colegas, dos colegas, aos quais apresentamos nossos cumprimentos e saudações carinhosas.

O XI Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência doméstica e familiar contra a Mulher dá um passo a mais na construção da atuação jurisdicional, no âmbito da violência de gênero doméstica

e familiar, através de ações preventivas e troca de experiências.

Nossa atuação jurisdicional, sabemos nós, está fadada a operar em terreno social em que são desiguais as relações sociais entre homens e mulheres. São impregnadas, apesar de muitos avanços, pela assimetria de gênero, intimamente ligada à desigualdade social, econômica, de raça e etnia.

No Brasil, e nenhum Estado se salva, ainda impera a ideia de que cabe à mulher, pelo fato de ser mulher, o desempenho de certos papéis pré-definidos socialmente, como ensina Heleieth Saffioti, de saudosa memória, precursora no país do estudo da questão de gênero.

Não é por outro motivo que não é dado à mulher o direito de romper relacionamento amoroso ainda que desfeitos os laços afetivos.

Não é por outro motivo que, nos episódios que chegam até nós, afloram o sentimento de posse sobre a mulher, o controle sobre o corpo, o desejo e a autonomia da mulher e o tratamento da mulher como objeto sexual, sem contar as limitações à emancipação profissional, econômica, social ou intelectual da mulher.

Situações responsáveis por violência psicológica constante e reiterada. Chegam ao ponto de atingir a integridade física, sexual, ou até mesmo tirar a vida da mulher.

Episódios marcados pela violência de gênero, que ocorrem entre pessoas que estão ligadas, ou estiveram ligadas, por laços de afeto, dependência emocional, sentimentos contraditórios, contrapostos. Episódios marcados pela violência de gênero, praticados, em sua grande maioria, por maridos, namorados, companheiros, ex-maridos, ex-namorados, ex-companheiros.

O número de casos, que tramitam neste Brasil afora, pelas Varas Especializadas de Violência Doméstica fala, por si só. Sem contar a alarmante taxa de feminicídios, notadamente, contra a mulher negra, e violência homofóbica e transfóbica. Na realidade, a sociedade brasileira ainda é complacente com a violência de gênero contra a mulher.

No Estado de São Paulo, fruto de convênio com o Ministério da Justiça, nasce nos idos de 2009, o Anexo de Violência Doméstica e Familiar junto à 8ª Vara Criminal da Capital.

Em 2011, em razão descomunal demanda, sete Varas Especializadas, são instaladas de forma descentralizada. A oitava está em vias de criar vida, na região Leste, muito populosa. Um Anexo, na Capital, será instalado, ainda esse mês, na Casa da Mulher Brasileira (11.11.2019).

No interior do Estado, seis são as Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar: Sorocaba, São José dos Campos, Guarulhos, Assis, Itu e Campinas. Dez são os Anexos: Ribeirão Preto, Suzano, Santana do Parnaíba, Andradina, Cotia, Bauru, Limeira, Rio Claro, São José do Rio Preto e Santo André.

As quatro últimas iniciativas, no interior do Estado, contou com o compromisso e empenho do nosso Presidente, eminente desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, e o apoio do nosso Vice-Presidente, eminente desembargador Artur Marques da Silva Filho, do nosso Corregedor Geral da Justiça, eminente desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco e do nosso

Presidente da Seção Criminal, eminente desembargador Fernando Antonio Torres Garcia.

Na trajetória de assegurar o acesso à Justiça à mulher em risco de violência doméstica e familiar, em cada Estado, a Coordenadoria da Mulher vem desenvolvendo papel relevante.

Cabe saudar e

cumprimentar, o denodo da eminente desembargadora Maria Erotides Kneip, ao propor e dar vida ao COGEVID - Colégio das Coordenadorias e desejar votos de boa gestão à

desembargadora

Saete Silva Sommariva, hoje eleita.

No âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo, a COMESP, Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de São Paulo, integrada pela desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de

Almeida, juíza Tereza Cristina Cabral Santana, juíza Rafaela Caldeira Gonçalves, juíza Milena Dias e por mim, inspirada em iniciativa das colegas do Paraná, eminente desembargadora Lenice, desde 2012, vem tendo experiência ímpar ao atuar, em rede, com Secretarias Estaduais, Municipais, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos

Advogados do Brasil, Conselho da Condição Feminina e entidades da sociedade civil. Deram lugar a projetos significativos. Projeto Fênix, com a Secretaria da Saúde, responsável pela reparação

estética e ortopédica da mulher. Projeto Apolônias com a Turma do Bem, que visa a reparação dentária da mulher. Projeto Juntas, com o Geledés, aplicativo que estabelece rede de proteção para a

mulher tutelada pelas medidas protetivas de urgência.

A contribuição inestimável da Escola Paulista da Magistratura tem propiciado a realização em parceria com a COMESP de vários cursos para juízas e juízes, funcionárias e funcionários, muitos

deles com participação à distância, graças ao apoio e empenho do eminente desembargador Francisco Eduardo Loureiro, diretor da Escola Paulista da Magistratura.

Nestes onze anos do FONAVID, as juízas e juízes de Violência Doméstica e Familiar, ao ter que fazer frente ao complexo fenômeno da violência de gênero, no âmbito doméstico e familiar, vêm dando contorno diferenciado, relevante ao Poder Judiciário Brasileiro.

Assumem protagonismo de coordenar políticas públicas, que visam prevenir e enfrentar a violência de gênero contra a mulher.

Basta ter em conta que, na atuação jurisdicional, buscam subsídios, que se apresentam inestimáveis, junto às equipes multidisciplinares; não se constroem em colher saberes de outras áreas do conhecimento; organizam-se em parceria, atuação em rede, com os demais órgãos estatais e entidades da sociedade civil.

Estamos convencidas, convencidos, que a atuação jurisdicional pode contribuir para a quebra do ciclo de violência contra a mulher brasileira.

Simbólica e oportuna a opção - educação para a equidade de gênero, proposta pelo XI Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência doméstica e familiar contra a Mulher, presidido pelo eminente juiz Ariel Nicolai Cesa Dias, na primeira Vice-Presidência, a eminente juíza Jacqueline Machado, e na segunda, a eminente juíza Tereza Cristina Cabral Santana, que não

poupamos os melhores esforços para nos proporcionar encontro tão importante, que hoje se inicia e que, por certo, renderá muitos frutos.

O significado desse momento, reflexão conjunta e compartilhada, por certo, redundará na construção de relações sociais com fios de solidariedade e igualdade. Tem razão Dulce Critelli, ao observar, *nada é real se percebido na solidão. O real é compartilhado.*

[Acesse o discurso da desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida na íntegra em pdf](#)

Leia também: [Segundo dia do XI Fonavid aborda perspectivas contemporâneas sobre violência doméstica \(TJSP - 06/11/2019\)](#)

---

## **Grupo antiaborto faz vigília no Pérola Byington e 'legalistas' reagem**

*Religiosos rezam contra aborto legal no hospital; após relatos de constrangimentos, grupo de moradores montou tenda ao lado para 'proteger pacientes e funcionários'*

**[\(O Estado de S.Paulo, 01/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

SÃO PAULO - Às 13h55, na Bela Vista, centro de São Paulo, um homem de meia idade, de cabelo branco e bigode escovinha, levantou um crucifixo para o alto e puxou a oração: "Livrai-nos da maldição do **aborto** no Brasil, no **Pérola Byington** e no mundo inteiro". Em coro, outras sete pessoas repetiram a prece - quatro delas, mulheres.

Os fiéis fazem desde setembro a vigília "40 dias pela vida SP", que deve terminar no domingo, 3. Segurando terços, eles rezam na praça em frente ao Pérola Byington, hospital de referência no atendimento a **mulheres vítimas de violência**, que realiza aborto para casos previstos na lei: quando há estupro, risco de morte da mãe ou anencefalia do feto.

Durante a vigília do grupo, pacientes e funcionários da unidade relatam uma escalada de episódios de constrangimento e até de agressão. Em resposta, alguns moradores do bairro, que se declaram "legalistas", decidiram montar uma segunda tenda no local - em uma espécie de "contravigília". Segundo afirmam, a convivência tem sido pacífica desde então.

O episódio-chave aconteceu no dia 21. Uma vítima de estupro coletivo, que faz tratamento no Pérola Byington, foi tirar satisfação com o grupo de religiosos e acabou recebendo um mata-leão. Também há relatos de médicos que eram xingados de "assassinos".

"Não viemos fazer um movimento pró-aborto, mas uma mobilização para evitar que as mulheres e funcionários sofram assédio ou violência", diz a escritora Daniela Neves, de 47 anos, responsável por coordenar a "contravigília". Segundo conta, ela tem recebido mensagens

de agradecimentos das pacientes. “Elas perguntam se estamos aqui, se está seguro para vir. Nossa presença inibe. É como uma espécie de ‘muro’.”

Não viemos fazer um movimento pró-aborto, mas uma mobilização para evitar que as mulheres e funcionários sofram assédio ou violência.

**Daniela Neves**, escritora

Além de vizinhos do hospital, o grupo ganhou apoio de [ativistas](#) e estudantes – a julgar pelo grupo de Whatsapp, são quase 90 pessoas. O revezamento na praça mantém cerca de 20 voluntários por vez. Na maior parte do tempo, ficam sentados em cadeiras de praia, conversando, mas já chegaram a fazer um churrasco no local para comemorar o aniversário de uma participante.

Na tarde desta quinta-feira, 31, o grupo recebeu visita dos vereadores Eduardo Suplicy e Juliana Cardoso, do PT. Na saída, Suplicy tentou cumprimentar os ativistas antiaborto, mas foi ignorado. “Retira-te, satanás”, dizia o grupo na hora, em oração.

“Não estavam com disposição de conversar. Se eles estivessem me estendido a mão, eu teria conversado”, declarou, mais tarde, o vereador ao **Estado**.

Não estavam com disposição de conversar. Se eles estivessem me estendido a mão, eu teria conversado

**Eduardo Suplicy**, vereador

### **Grupo diz que está na praça ‘só para rezar’**

O **Estado** tentou falar com o grupo duas vezes, mas nenhum participante da vigília aceitou conceder entrevista. A justificativa foi a mesma: “só estavam ali para rezar”.

No Facebook, o “40 dias pela vida SP” publica vídeos e fotos em que costuma enaltecer as orações e a presença de fiéis na praça. Em diversas postagens, os ativistas dizem estar passando por “provações”, defendem os “brasileirinhos que querem vir ao mundo” e atacam o “encardido”, o “capiroto” ou outras variações. Também negam agressões.

“Não houve mata leão. Isso é falso testemunho dá cadeia (*sic*)”, diz um dos comentários.

Na semana passada, a página publicou fotos com a primeira-dama Bia Doria, que recebeu 58 curtidas. Em nota, contudo, ela relata que, na verdade, havia feito uma visita ao hospital para campanha do Outubro Rosa e, ao sair, “educadamente atendeu o pedido do grupo para conhecer a tenda”.

“A primeira-dama solicitou que o diretor do hospital Pérola Byngton, Luiz Henrique Gebrim, esclarecesse aos manifestantes o trabalho de excelência e referência internacional feito pelo governo do Estado de SP na unidade”, afirma.

A tenda antiaborto expõe uma série de mensagens, além de um altar com imagens de santos e de camisas à venda. Há unidades nas cores azul, rosa e branca: R\$ 30, cada. Um dos cartazes é ilustrado com um bebê erguendo o punho: “Vamos defender a vida dos coleguinhas”, diz. Em outro: “A vida começa na concepção”.

Por sua vez, a tenda “legalista” exhibe frases opostas. “Bíblia não é Constituição”, escreveram. Já a maior faixa do grupo fica voltada para a entrada do hospital. “Mulheres, estamos com vocês”, diz.

Funcionária do hospital há mais de 20 anos, a psicóloga Daniela Pedroso atende vítimas de violência sexual.

“O Pérola Byington trabalha dentro da lei”, afirma. Segundo explica, os procedimentos realizadas na unidade não são “contraceptivos” - mas sim para garantir o direito das mulheres. “Elas entendem a interrupção dessa gestação como a melhor dentro das piores opções.”

Daniela conta que já atendeu pacientes que se queixaram da vigília. “A nossa preocupação maior, de fato, é com as mulheres. Elas já passam por situação delicada, e isso as constrange”, diz. “Pode ser que deixem de ver o hospital como local de acolhimento.”

A nossa preocupação maior, de fato, é com as mulheres. Elas já passam por situação delicada, e isso as constrange.

**Daniela Pedroso**, psicóloga do Hospital Pérola Byington

*Por Felipe Resk | Colaborou André Marinho, especial para o Estado*

---

## [Católicas Pelo Direito de Decidir disponibiliza a versão digital para download gratuito do livro “Teologias fora do armário”](#)

Já lançado em sua versão física, o livro *“Teologias Fora do Armário: teologia, gênero e diversidade sexual”*, publicado pela organização Católicas pelo Direito de Decidir, sai agora em versão digital para download gratuito. O objetivo da publicação é fomentar a reflexão religiosa

e cristã sobre as questões da sexualidade e do gênero, sem tabus ou interdições de ordem moral e sexual típicas do pensamento conservador e fundamentalista.

**[\(Católicas Pelo Direito de Decidir, 29/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

“Teologias Fora do Armário” também conta com artigos que tratam dos impactos do fundamentalismo religioso nos direitos sexuais e reprodutivos e sobre a violência contra mulheres nos espaços de fé.

Organizado por Regina Soares Jurkewicz, doutora em Ciências da Religião (PUC-SP) e integrante de Católicas pelo Direito de Decidir, a publicação inclui artigos de André S. Musskopf, Bruna David de Carvalho, Cristiana de Assis Serra, Ivone Gebara, Leandro Noronha da Fonseca, Mary E. Hunt e Tabata Pastore Tesser. Os autores e as autoras do livro subvertem a teologia clássica, abrindo caminho para pensamentos religiosos de realidades sociais e vivências diversas da heteronormatividade.

**[Baixe aqui gratuitamente o livro “Teologias Fora do Armário”.](#)**

---

## **[Deputada do PSL defende fim de aborto até mesmo em casos de estupro](#)**

*Resumo da notícia*

- Projetos contra o aborto disparam e atingem recorde desde 1949
- Deputada do PSL, de Jair Bolsonaro, lidera PLs contra aborto em 2019. Em um deles, defende o fim do aborto até em caso de estupro
- Apesar disso, projetos não vão para frente. Para especialistas, manter a polêmica é importante para grupos antiaborto

**[\(Universa, 18/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A impossibilidade de “desestuprar” uma mulher é o argumento central de um projeto de lei contra o aborto assinado por dois deputados do PSL, partido do presidente [Jair Bolsonaro](#). O texto, encabeçado pela deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), pede fim do aborto legal e seguro para mulheres que foram estupradas. Desde a Era Vargas, o [Brasil permite que mulheres violentadas](#) interrompam a gestação com auxílio de um médico.

“O autor do estupro ao menos poupou a vida da mulher, senão ela não estaria grávida. Pergunta que não quer calar: é justo que se faça com a criança o que nem sequer o agressor quis fazer com a mãe: matá-la?”, continua o texto.

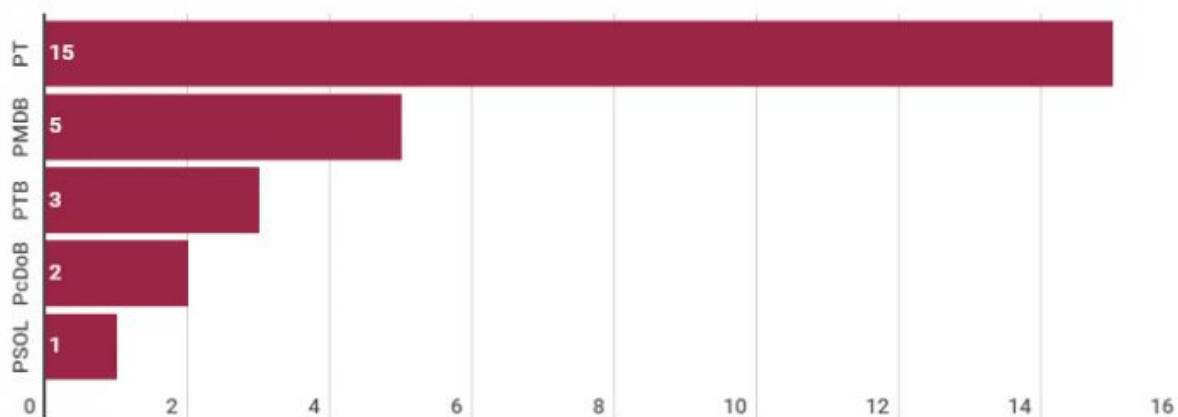
Eleita com quase 40 mil votos nas eleições de 2018, Chris Tonietto foi financiada com dinheiro do fundo de campanha do PSL. A parlamentar foi beneficiada pelo investimento obrigatório de [dinheiro público em candidaturas femininas](#). Assim, a advogada católica de 27 anos tornou-se o “rosto” do partido para tratar sobre aborto.

## Quem legisla sobre aborto?

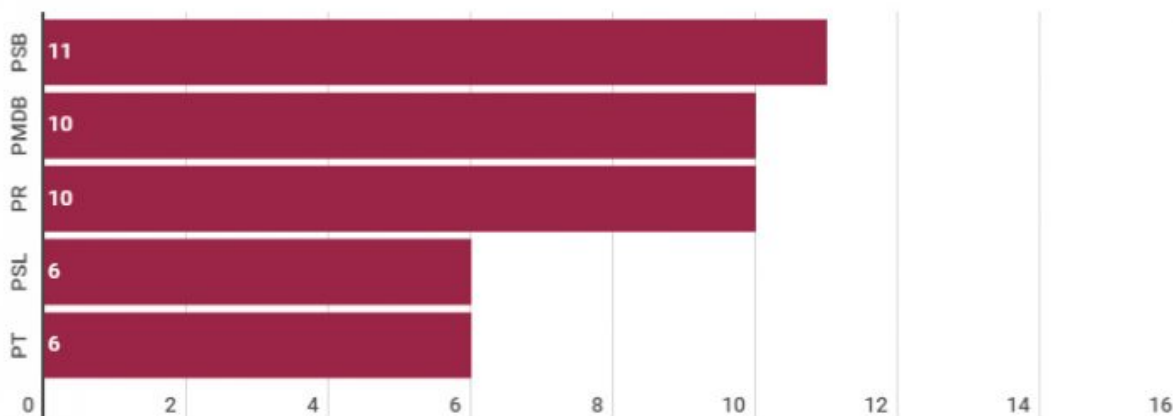


## Partidos que mais apresentaram projetos de lei

### A favor



### Contra



(Fonte: Câmara dos Deputados/Gênero e Número; dados de 1949 a 2019)

Além

do PL que pede fim do aborto em casos de estupro, a deputada do PSL apresentou projetos para instituir a "Semana Nacional do Nascituro" e para incluir acesso a direitos desde a concepção. No Twitter, ela comemorou o título.

"Grande dia! Lembrando que não existe direito ao assassinato", publicou.



Universa fez três pedidos de entrevista para Chris, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem. Após a publicação, a deputada se pronunciou no Twitter: “O UOL, além de insinuar que sou conivente com a terrível realidade do estupro por não desejar ver punido um bebê no lugar do estuprador, ainda traz uma grande mentira a respeito da legislação: no Brasil, não há ‘direito ao aborto’, apenas despenalização em algumas circunstâncias”, escreve.

## **Empreitada não é nova**

Apesar de o assunto ser uma bandeira de seu mandato, a proposta de Chris não é novo.

Projetos de lei que pedem “direito à vida desde a concepção”, datas especiais em memória dos nascituros e o fim do direito ao aborto em qualquer circunstância se tornaram comuns nos últimos 20 anos. Desde 2005, o “bastão” foi passado de mão em mão entre deputados do PT, da bancada da bala, da Frente Evangélica e até mesmo por nomes como Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara [preso desde 2016 após recebimento de propina da Petrobrás](#).

Neste ano, a investida atingiu um ápice inédito. De fevereiro para cá, 28 projetos de lei mencionam o termo aborto e 43% deles buscam dificultar o direito a fazer um aborto permitido por lei, segundo o [Gênero e Número](#), instituição que compila dados sobre equidade de gênero. É o maior número sobre o tema desde 1949.

Considerando apenas este ano, o partido de Bolsonaro apresentou seis projetos contra o aborto, o maior entre as siglas.

No comando do Executivo entre 2002 e 2016, o PT é o partido com o maior número de projetos a favor da descriminalização do aborto nos últimos 20 anos. Em contrapartida, também aparece entre os cinco partidos com o maior número de PLs para obstruir o aborto permitido pelo Código Penal desde 1940.

## **Investida contra aborto nos anos 2000 começou com PT**

Em 2005, o PT foi o primeiro a presidir a “Frente Parlamentar de Defesa da Vida Contra o Aborto” encabeçada pelo então deputado federal petista Luiz Bassuma, hoje no Avante (BA). Na ocasião, o parlamentar foi punido pelo PT, a favor da descriminalização, e mudou de sigla. Em um aceno às bases cristãs e também conservadoras, os ex-presidentes petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff nunca defenderam o direito ao aborto publicamente.

De lá para cá, a frente parlamentar, de caráter simbólico, costura o tema entre a Câmara e a sociedade civil. Hoje, continua a ser presidida por um homem: Diego Garcia (Pode-PR). São homens, inclusive, os que mais apresentam projetos sobre aborto.

Desde a liberação para aborto em caso de fetos anencéfalos pelo Supremo Tribunal Federal em 2012, parlamentares lançam textos com a mesma argumentação: aborto é assunto que deve ser tratado no Legislativo, não no Judiciário. Um dos exemplos foi a [PEC 181/2015](#), que pedia direito ao feto desde a concepção contra o STF. O texto avançou em comissões da Câmara, em 2017, e gerou protestos de rua pelo país.

A tática de confronto institucional foi repetida por Chris Tonietto, que participou de uma palestra com o ministro do Supremo Luís Roberto Barroso terminada em confusão durante o período eleitoral de 2018. O ministro se tornou alvo das bancadas mais conservadoras do

Congresso ao [absolver agentes de uma clínica de aborto clandestina no Rio de Janeiro](#).

## **Engavetamento**

Apesar da investida, os PLs sobre aborto costumam ser engavetados. Para a pesquisadora da Fapesp, Patricia Jimenez Rezende, especialista em movimentos antiabortos contemporâneos, lançar projetos sobre o tema é uma maneira eficaz para chamar atenção para seus mandatos e candidaturas. Por isso, mesmo sem efetividade, o assunto é mantido em pauta. “É um tema sem consenso. Há partidos que evitam polêmica em período eleitoral, enquanto outros tomam proveito”, diz.

Para a cientista política Beatriz Rodrigues Sanchez, pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política da USP, a bandeira do aborto é uma reação conservadora aos movimentos de direitos das mulheres nos últimos anos. Mesmo com maior participação feminina nas últimas eleições, o quadro não se reverteu. “Boa parte das mulheres eleitas também usaram uma tática antifeminista para se afastar e ganhar repercussão”, explica.

*Por Marcos Candido*

---

## **[Alerta Feminista denuncia ameaça aos direitos das mulheres no Brasil](#)**

As forças conservadoras no poder lideram a pauta antifeminista, atentando contra a vida, a liberdade e a autonomia das mulheres como parte importante de seu projeto de restauração e aprofundamento da velha ordem excludente. Para alcançar seus fins, usam diferentes subterfúgios para criminalizar totalmente o aborto no Brasil.

**[\(SOS Corpo, 11/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**



Esse alerta tem como objetivo desmascarar a estratégia dos conservadores. Eles querem fazer crer que a vida do feto em formação é mais importante do que a vida das mulheres e meninas. Querem fazer crer que aborto se equipara a assassinato. Querem aumentar a pena e o encarceramento de mulheres que tentaram interromper a gravidez, ou precisaram abortar. Mentem ao acusar o feminismo de pretender legalizar aborto até nove meses de gravidez. Estamos alertas e resistindo!

Esse documento foi elaborado por várias organizações e coletivos que compõem a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Nele você entende o que está se tramitando no Congresso e no Senado sobre o tema do Aborto e vai encontrar uma análise crítica sobre a estratégia dos fundamentalistas conservadores que tenta proibir a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo.



Baixe o Alerta Feminista

[http://bit.ly/AlertaFeminista\\_OUT2019](http://bit.ly/AlertaFeminista_OUT2019)



Compartilhe no Facebook

<https://www.facebook.com/FrenteNacionalPelaLegalizacaoDoAborto/posts/2613106208767032>



Conheça o site da Frente

<https://frentelegalizacaoaborto.wordpress.com/2019/10/10/alerta-feminista/>



Entre em contato com a Frente para realizar debates no seu território  
[fnpla@riseup.net](mailto:fnpla@riseup.net)

---

## **TIRA: livro-reportagem em quadrinhos sobre aborto inseguro ganha Prêmio Vladimir Herzog**

*O livro-reportagem em quadrinhos TIRA, que conta as histórias reais de três mulheres pernambucanas que realizaram abortos clandestinos no país, foi premiado na categoria Arte na 41ª edição do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.*

**(Agência Patrícia Galvão, 16/10/2019)**

Produzido pelos jornalistas Nathalia Fonseca e Eduardo Nascimento, com ilustrações da artista visual Berta V., o livro Tira foi financiado pelo edital “Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública”, do Instituto Patrícia Galvão em parceria com a Global Health Strategies e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo.

A humanização foi o caminho escolhido pelos autores que trouxeram personagens de diferentes idades e classes econômicas, com suas cicatrizes e impressões de maneira não-linear. São mulheres cujas histórias se confundem na dor e na violência sofrida em todas as etapas do procedimento – desde o parceiro que não lhes oferece auxílio ao médico que as assedia. O título faz alusão ao formato em quadrinhos e ao verbo “tirar”, utilizado como sinônimo de abortar na região Nordeste.

**[Clique aqui para fazer acessar o pdf da HQ na íntegra](#)**

### **Sobre o Prêmio**

Em 2019 o Prêmio Herzog recebeu 692 trabalhos enviados por jornalistas, artistas e repórteres fotográficos de todo o país nas categorias Arte (ilustrações, charges, cartuns, caricaturas e quadrinhos), Fotografia, Produção jornalística em texto, Produção jornalística em vídeo, Produção jornalística em áudio e Produção jornalística em multimídia.

Esta é a primeira vez que uma reportagem sobre o tema do aborto é contemplada pelo Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Em 2008 as jornalistas Patrícia Zaidan e Alessandra Roscoe, da revista *Cláudia*, receberam menção honrosa com a reportagem “O mapa do aborto” e, em 2010, Eduardo Faustini e equipe, com reportagem exibida no programa *Fantástico*, da TV Globo.

A cerimônia de premiação acontece em 24 de outubro (quinta-feira) às 20h, no Tucarena, em São Paulo. À tarde (das 14h às 18h), no mesmo local, haverá uma Roda de Conversa entre os jornalistas premiados para a troca de experiências acerca do planejamento e execução das matérias vencedoras, em evento aberto à participação do público.

[Saiba mais e conheça todos os premiados da 41ª edição do Prêmio Vladimir Herzog](#)